

Ilha do Governador: contribuição do estudo geonímico para o processo evolutivo

Thiago Costa Virgílio

Geocart. – Depart. de Geografia – UFRJ

virgilio_thiago@yahoo.com.br

Pamela Marcia Ferreira Dionísio

Geocart. – Departamento de Geografia - UFRJ

Paulo Márcio Leal de Menezes

Geocart. – Departamento de Geografia – UFRJ

pmenezes@acd.ufrj.br

RESUMO

O trabalho se insere na pesquisa desenvolvida pelo Geocart, Laboratório de Cartografia, do Departamento de Geografia, sobre a Geonímia do Estado do Rio de Janeiro. Dentre as numerosas ilhas existentes na Baía de Guanabara, a Ilha do Governador é a maior e a mais importante, abrigando grandes estruturas, essenciais para a vida da cidade, tais como o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (AIRJ), instalações da Petrobrás, unidades militares e outras, bem como uma população de aproximadamente 210 mil habitantes. Com uma superfície de 36.12 km², compreende dezesseis bairros e quase a totalidade de uma região administrativa da cidade do Rio de Janeiro. Descoberta em 1502, a ilha era ocupada pelos índios Temiminós, tendo sido denominada de Paranapuã, Ilha dos Maracajás, Ilha do Gato, entre outros nomes, para ser nominada como Ilha do Governador em 1567. O estudo tem por objetivo mostrar a evolução histórico-geográfica, uma vez que a ilha muda de funcionalidade e modifica sua configuração ao longo do tempo, através das alterações geonímicas e do processo de ocupação da ilha desde a chegada dos portugueses até os dias de hoje. A pesquisa se desenvolveu através da utilização de mapas e documentos históricos, os quais irão estabelecer as principais alterações sofridas pela ilha.

PALAVRAS-CHAVE: Geonímia do Rio de Janeiro; Ilha do Governador; evolução histórico-geográfica.

ABSTRACT

The work is part of the research developed by Geocart, Cartography's Laboratory, Department of Geography, about Rio de Janeiro state's geonim. Among the numerous islands in the Baía de Guanabara, the one called Ilha do Governador is the largest and most important hosting large structures that are essential to city life, such as the Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (International Airport of Rio de Janeiro), PETROBRAS facilities, military buildings and others, as well as a population of approximately 210 000 inhabitants. With an area of 36.12 Km², consists of fifteen districts and almost on entire administrative region of the Rio de Janeiro city. Discovered in 1502, the island was occupied by Indians Temiminós, was called as Paranapuã, Ilha dos Maracajás, Ilha do Gato, among other names, to be nominated as Ilha do Governador from 1567. The study has for objective shows the historical and geographical evolution, once the island changes its functionality and configuration modifies over time,

through changes geonim and the occupation's process of the island since the arrival of Portuguese until present day. The research was developed through the use of maps and historical documents, wich were used to target and establish the main changes on the island.

KEYWORDS: Geonim of Rio de Janeiro; Ilha do Governador; geonames, historical and geographical evolution.

I - INTRODUÇÃO

O trabalho tem como principal objetivo demonstrar a forte ligação existente entre os topônimos, o espaço geográfico e seus habitantes, de tal forma que os dois últimos são indissociáveis da evolução da toponímia, após a chegada dos europeus, ou seja, a partir do século XVI. Para isto foi selecionada a Ilha do Governador como recorte espacial desta dinâmica geonímica.

A ilha foi selecionada por ser um exemplo considerável das mudanças toponímicas, pois logo no início do século XVI, num período de pouco menos de 10 anos, ela foi habitada por três povos em momentos distintos, os índios Temiminós, os franceses e, posteriormente, os portugueses. Assim, com a mudança de ator, mudaram os nomes também, conforme será relatado adiante (LAMEGO, 1964).

Além de uma simples mudança de morador, quando o período de disputa cessou, a ilha passou a sofrer as alterações dos usos, ou seja, mesmo não havendo mais uma disputa militar por sua posse, a ilha sofria alterações nas funções. As funcionalidades foram múltiplas, como abrigar um forte, ser um local de produção de açúcar, um local de moradia etc. (IPANEMA,1991).

Finalmente, o trabalho demonstra como é possível um entendimento geográfico das dinâmicas sociais e econômicas através do estudo dos topônimos não só dos atuais, mas lembrando de um ramo da geografia às vezes deixada um pouco de lado, a geografia-histórica.

II - METODOLOGIA

A metodologia para a realização do trabalho ocorreu em duas etapas. A primeira foi a discussão teórico-conceitual das acepções pertinentes ao trabalho. Além disso, houve uma pesquisa sobre o histórico da Ilha do Governador, buscando entender como foram estabelecidas as relações dos diversos atores desde o momento da chegada oficial dos portugueses a Baía de Guanabara. Nesta busca histórica, além de uma base bibliográfica, também foram levantados uma série de mapas históricos, em especial do século XVI, que na etapa seguinte foram analisados para que fossem estabelecidas as relações entre as diversas funções que a ilha já teve com as suas denominações registradas nos mapas. Desta forma, a Cartografia Histórica tem

grande importância na reconstituição histórica do Brasil, de tal forma que ainda nos dias atuais é utilizada por historiadores de toda sorte para esclarecer pontos obscuros dos fatos históricos.

III - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A denominação dos lugares acontece a partir da necessidade humana de identificar o ambiente à sua volta, seja para qual função for, desde servir como referência espacial até ser utilizado em um mapa, o importante é que a partir do instante que o lugar recebe um nome ele passa a servir para uma função, é como se fosse a obtenção da certidão de nascimento de tal lugar (FURTADO, 1960).

A área que trabalha com os topônimos é a Onomástica, que aborda os nomes próprios. A Antroponímia e a Toponímia constituem dois eixos desta área do conhecimento. A primeira consiste em estudar os nomes provenientes às pessoas e a segunda diz respeito aos nomes atribuídos aos lugares (SOUZA, 2007).

A palavra toponímia tem etimologia grega, com *topos*, significando lugar e *onoma*, nome. O termo toponímia além de se remeter aos nomes de sítio, povoações, nações, também pode se referir às feições naturais como rios, montes, vales, montanhas e acidentes geográficos em geral, ou seja, aos nomes geográficos (FURTADO, 1960 *apud* DIONÍSIO, SOUZA, MARTINS, ALBUQUERQUE, VAZ, 2009).

A escolha do termo geonímia ao invés de toponímia tem sua razão. Segundo HOUAISS (1999) *apud* SANTOS (2008) inclui as definições supracitadas de toponímia com o adendo de que será considerada geonímia a feição geográfica pretérita ou contemporânea passível de representação gráfica e de obtenção Da identificação das coordenadas geográficas (HOUAISS, 1999).

As feições físicas, em geral são compostas de uma parte genérica que os determina, como o gênero geográfico: rio, serra, ilha etc. e de outra parte específica que os qualifica, correspondendo à espécie do lugar ou acidente nomeado, como: Amazonas, da Mantiqueira, dos Sete Engenhos etc (FURTADO, 1960).

A geografia e a geonímia caminham juntas com a cartografia, pois é através da elaboração de mapas e cartas topográficas que melhor se materializam os nomes, desta forma, a representação cartográfica legitima os geônimos.

As nomeações dos lugares e feições terrestres representam marcas das sociedades na superfície terrestre, que podem ser resultado de ordem política, sentimental, histórica, cultural, econômica e/ou de jogos de poder. A partir da pesquisa das motivações que propiciaram os diferentes nomes, bem como a sua dinâmica de evolução é que o trabalho adquire uma série de tónicas, dentre elas a geográfica.

IV - ÁREA DE ESTUDO

Apesar de a Ilha do Governador ser o recorte espacial do presente trabalho (Figura 01), se faz necessário que ampliemos esta área, abarcando a Baía de Guanabara, para que assim se possa compreender como se deu o primeiro contato europeu com a ilha, ou seja, as primeiras relações entre os seus habitantes da época, os índios Temiminós e os europeus (em um primeiro momento, os franceses).

O geônimo Ilha do Governador se refere tanto à XX Região Administrativa (RA) do município do Rio de Janeiro, quanto ao acidente geográfico ilha. Como a Região Administrativa se estende por outras ilhas, as quais sofreram outros processos em geral muito diferentes dos acontecidos na Ilha principal, o trabalho se desdobrará entendendo a Ilha do Governador, enquanto feição geográfica, ou seja, a principal ilha da XX RA (www2.rio.rj.gov.br Acesso em 02/01/11).

A Ilha do Governador, como feição geográfica, localiza-se na porção ocidental da Baía da Guanabara, sendo a maior ilha do recôncavo. Nela se localizam quatorze bairros do município do Rio de Janeiro. São eles: Bancários, Cacuia, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Pitangueiras, Portuguesa, Praia da Bandeira, Ribeira, Tauá e Zumbi. Local de residência de mais de 210 mil habitantes, a ilha também abriga indústrias, comércio, serviços e espaços militares. É muito conhecida também como porta de entrada do Rio de Janeiro, através do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim (www2.rio.rj.gov.br Acesso em 02/01/11).

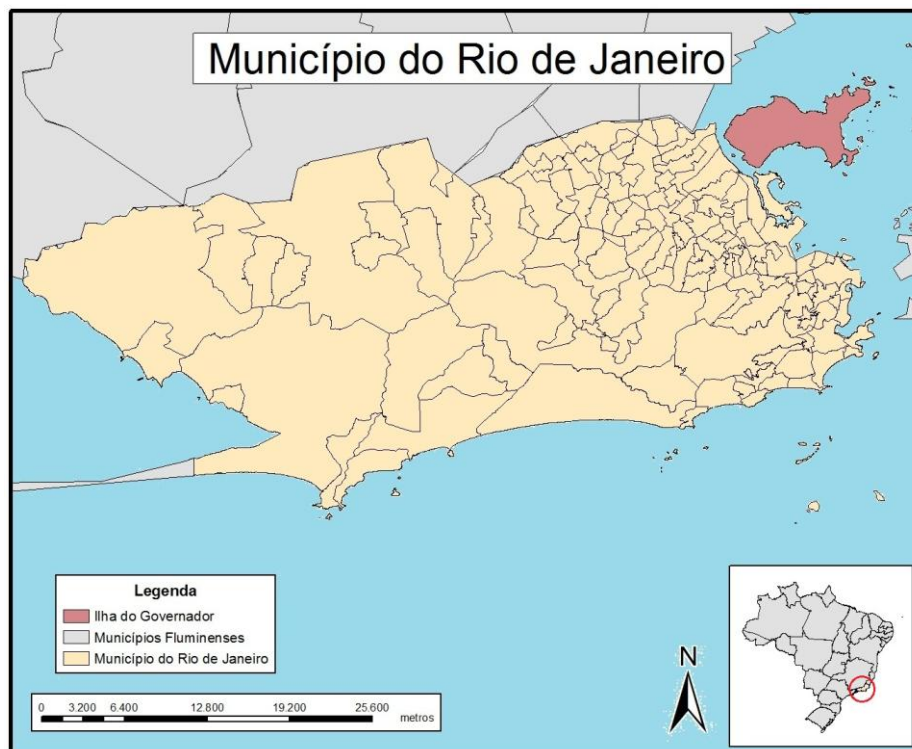


Figura 01 – Mapa do Rio de Janeiro, em destaque a Ilha do Governador.

V - HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO PORTUGUESA

A primeira expedição portuguesa a explorar a Baía da Guanabara foi a de André Gonçalves, a qual avistou o Pão de Açúcar em 1^o de Janeiro de 1502. Por achar que a Baía de Guanabara fosse na verdade a foz de um rio, a expedição lusitana a denominou de Rio de Janeiro. Só recebeu nova atenção dos portugueses em 1531, quando uma expedição comandada por Martim Afonso de Souza, aporta em suas águas por três meses para reabastecimento, reparo e construção de embarcações e assim prosseguir em direção ao sul com a missão de percorrer a costa das novas terras até a foz do rio da Prata (LAMEGO,1964).

Não obstante a divisão da colônia em capitania, sendo a de São Vicente doada a Martim Afonso em 1534, praticamente não houve esforço para promover a colonização na parte setentrional da capitania, abandonada pelo donatário, cuja atenção encontrava-se presa ao cultivo de cana-de-açúcar na vila de São Vicente (LAMEGO,1964).

Ao entrarem na Baía de Guanabara, os portugueses encontraram uma extensa ilha próxima a porção noroeste do recôncavo, rica em fontes d'água, com extensas florestas e com abundância de pau-brasil. Tudo isso fez com que esta ilha passasse a ter uma importância na extração da matéria corante, tão requisitada na Europa. A ilha neste momento era conhecida de duas formas, uma usada pelos Temiminós, habitantes da ilha na época da chegada dos portugueses, que a chamavam de Parnapuã e suas diversas variações (Pernapuã, Parnapocu, Parnapecu, Pernapoquu, entre outras), que guardava o significado de “o que se ergue no seio da baía” ou então “furo do rio grande”, e a outra forma era chamá-la de Ilha dos Maracajás, onde Maracajá se refere ao gato do mato (*Felis Pardalis*) (IPANEMA, 1991).

Desta forma, não há notícias de uma fixação portuguesa quando em 1555 a baía foi alvo da ambição francesa, a qual promoveu uma expedição tendo a sua frente o almirante Nicolas Durand de Villegagnon. Sob o pretexto de construir na América a França Antártida, Villegagnon instalou-se em uma pequena ilha no interior da baía, fez amizade com os índios Tupinambás, estes o auxiliaram na construção de uma pequena fortaleza e tornaram-se parceiros na exploração e comércio do pau-brasil (LAMEGO,1964).

Devido à invasão, e a fixação francesa em suas terras, Portugal se viu obrigado a enviar uma expedição para expulsá-los, desta forma o então Governador-Geral do Brasil, Mem de Sá, chega à baía no ano de 1560 com o objetivo de expulsar os franceses. Desta forma deu-se o primeiro embate, Mem de Sá, com 1500 homens entre eles soldados e índios, somados aos reforços enviados de São Vicente, acomete o forte Coligny, na ilha de Villegagnon. (LAMEGO, 1964).

Os franceses não conseguem manter o forte, perdem a batalha, e se rendem, porém muitos conseguem escapar para o interior da baía com o apoio dos Tupinambás. E com o regresso de Mem de Sá para a Bahia, a Baía de Guanabara volta a ficar desprotegida, permitindo assim que os franceses

remanescentes se fixassem na Ilha de Paranapuã, expulsando seus antigos habitantes. A notícia da nova fixação francesa na Baía de Guanabara somada a revolta dos índios que organizaram a Confederação dos Tamoios – uma concentração de tribos que tinham o objetivo comum de se libertar da opressão portuguesa nos dois maiores núcleos do sul: Piratininga e São Vicente – levaram novamente o governo da Bahia a agir (LAMEGO, 1964).

Estácio de Sá, sobrinho de Mem de Sá, contando com reforços vindos de São Vicente e de índios Temiminós vindos do Espírito Santo aporta na margem oeste da baía, no ano de 1565. E desta forma junto as primeiras estruturas de defesa, tem-se início o que um dia será a cidade do Rio de Janeiro. Com o cenário formado a batalha ocorre em duas frentes, Estácio de Sá comanda as tropas por terra com a batalha ocorrendo em Uruçum-Mirim, foz do rio Carioca – atual outeiro da Glória – enquanto o próprio Mem de Sá se lançava contra Paranapuã. O triunfo português na Baía de Guanabara ocorre no início de 1567 com a expulsão em definitivo dos franceses (LAMEGO, 1964).

Ainda em 1567, Mem de Sá doa quase metade da Ilha de Paranapuã a seu sobrinho Salvador Correia de Sá, Governador da Capitania do Rio de Janeiro (secção setentrional da Capitania de São Vicente), de acordo com LAMEGO (1964). E a partir de então a ilha passa a ser conhecida como Ilha do Governador, e assim a ser reproduzida nos mapas

VI - INFLUÊNCIAS NA GEONÍMIA

“Os mapas históricos são excelentes arquivos temporais, atuando como se fossem arquivos de época, para um determinado espaço geográfico, fornecendo subsídios para o posicionamento correto do espaço no tempo, permitindo assim a recuperação de informações de época, estabelecendo a caracterização de estudos evolutivos sobre tendências de ocupação e uso do solo e da paisagem em geral.” (MENEZES, LEPORE & FERREIRA, p.2 2005).

Os primeiros mapas onde a ilha, objeto deste trabalho, aparece são os mapas franceses da época da França-Antártica, em especial os mapas do André Thevet (Figuras 02, 03 e 04). Estes mapas apresentam a ilha com adaptações do nome Maracajás, como L'Isle des Margaias ou L'Isle des Margaiatz. Além destes, houve casos onde os franceses se referiam a ilha como La Grande Ysle (A Ilha Grande).

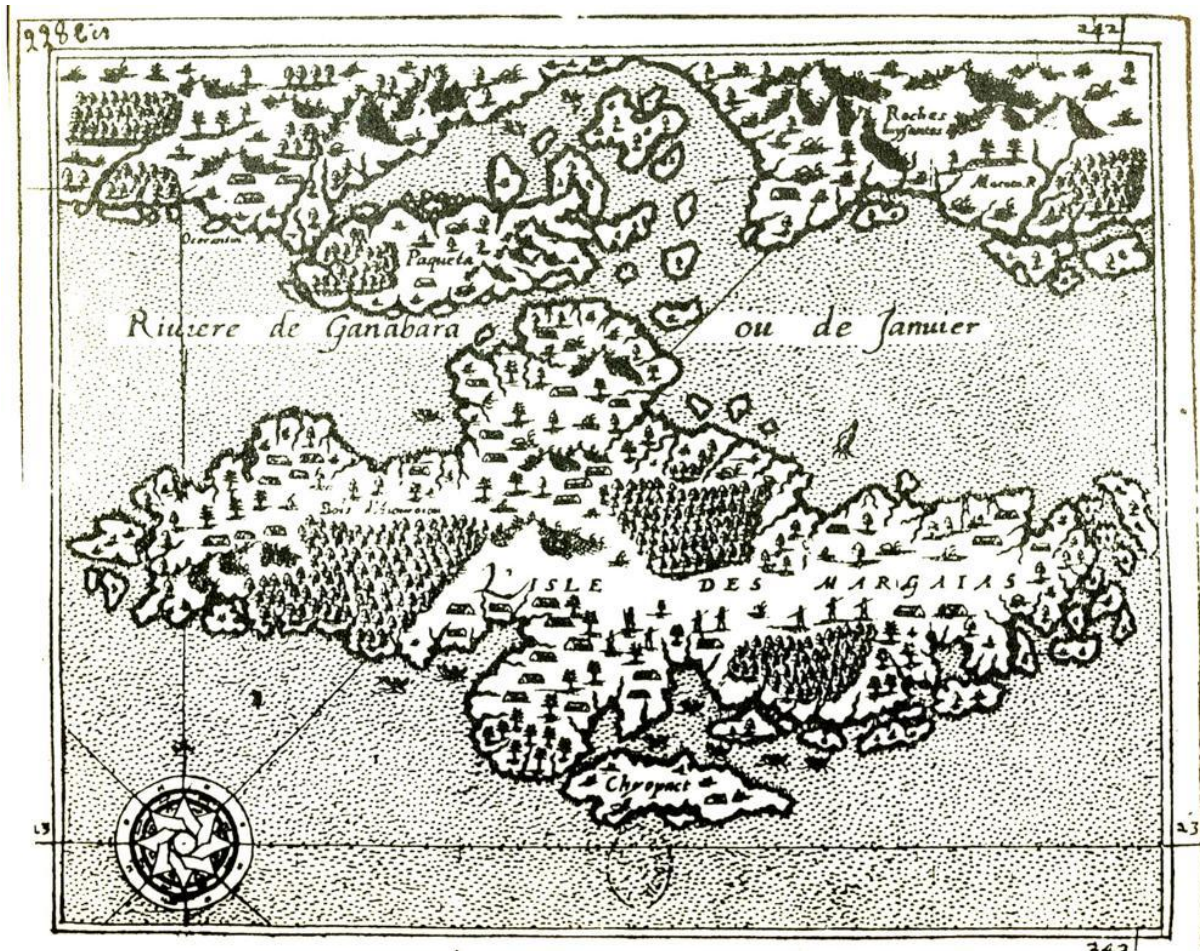


Figura 02: Mapa de André Thevet (1556), (Fonte: Arquivo Nacional).

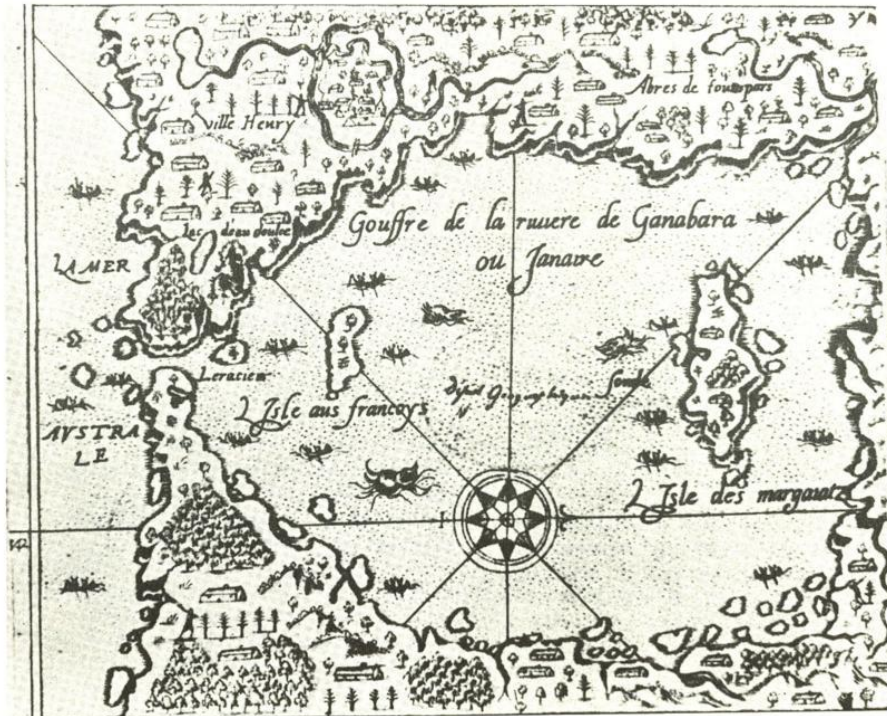


Figura 03 - Mapa de André de Thevet de 1558. (Fonte: Arquivo Nacional).

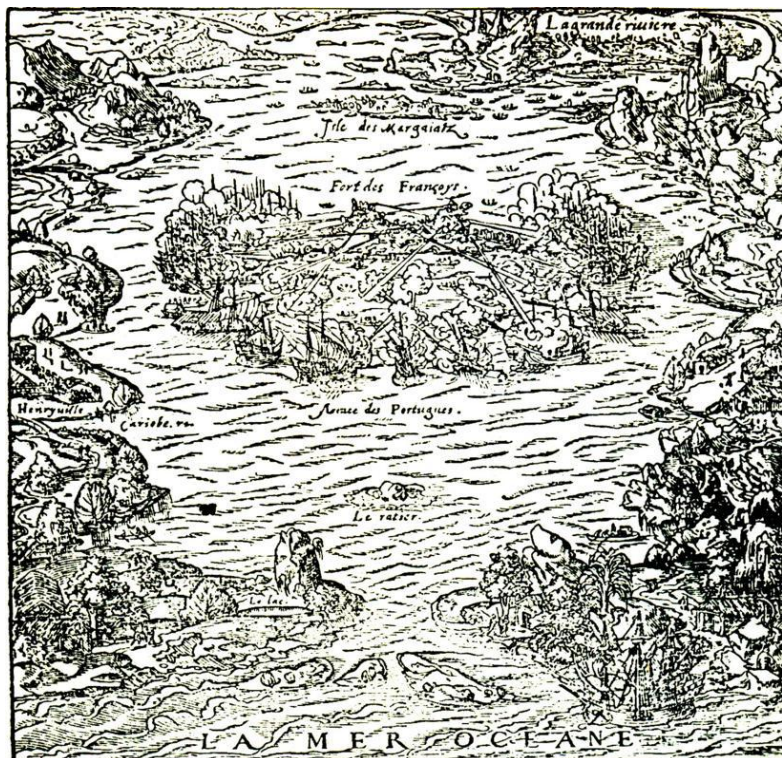


Figura 04 - Mapa de André Thevet de 1560. (Fonte: Arquivo Nacional).

Os primeiros mapas que mostram a Ilha do Governador a apresentam com seu nome indígena, situação explicada pelo fato de que já existia um povo vivendo na ilha e nomeando as feições, antes da chegada dos portugueses. Os portugueses conseguiram uma aproximação inicial com os indígenas Temiminós a ponto de utilizá-los com supridores dos embarques do pau-brasil nos navios. Essa presença indígena identificava-se de com um ambiente de tal sorte familiar aos portugueses, que o batizaram como uma ilha portuguesa, no nome português de Ilha do Gato.

Como pode se notar na Figura 05, apesar do Luiz Teixeira ter usado os dois nomes mais comuns da época para caracterizar a ilha (Ilha de Pernapuem e Ilha do Gato), há uma clara preferência pelo nome português, já que este se encontra com destaque dentro dos limites da ilha. Uma nova forma de demonstração de poder por parte de Portugal, passados poucos anos da expulsão dos franceses da Baía de Guanabara. A geonímia Ilha do Gato pode ser classificada na taxionomia como zootopônimo (DICK,1990).



Figura 05 - Mapa do Rio de Janeiro de Luiz Teixeira de 1586. (Fonte: Arquivo Nacional).

Nessa marcha cronológica, o nome Ilha do Gato, símbolo do início da fase de dominação portuguesa – pois não passa de uma tradução do antigo nome indígena – é substituído de forma paulatina por Ilha do

Governador, a partir do ano de 1567, pois neste ano Mem de Sá doa cerca de metade da ilha para seu sobrinho Salvador Correa de Sá, que no ano de 1568 se tornou o Governador da Capitania Real do Rio de Janeiro (LAMEGO, 1964).

É interessante notar que ocorrem sincronismos nesses processos de adoção, com as terminologias coexistindo durante certo tempo, às vezes por várias gerações. Como podemos ver nos dois mapas seguintes (Figuras 06 e 07), em uma diferença de alguns anos, João Teixeira Albarnaz (autor dos mapas) promove uma mudança na identificação da ilha, após muitos anos do início do termo “Ilha do Governador”.



Figura 06 – Mapa do Rio de Janeiro de João Teixeira Albarnaz de 1626. (Fonte: Arquivo Nacional).



Figura 07 - Mapa do Rio de Janeiro de João Teixeira Albernaz de 1666. (Fonte: Arquivo Nacional).

Assim deu-se início a uma fase da presença portuguesa onde o seu uso do espaço se tornou o único fator moderador das nomenclaturas da ilha. Apesar do termo “Ilha do Governador” ter se sobressaído ao longo dos tempos como principal forma de caracterização da ilha nos mapas, houve outras denominações que faziam referência à ilha.

A progressiva ocupação agrária, e sua manufatura caminhando junto a ela na produção do açúcar, fez da ilha um dos primeiros lugares fluminenses a abrigar um engenho, fato de tal forma notório que ela passou a ser reconhecida também como Ilha dos Sete Engenhos. (LAMEGO, 1964).

Na época da colonização, era comum a construção pioneira ser uma capela ou igreja: “(...) a primeira demonstração de atividade do colonizador era a capela, célula inicial da embrionária aldeia, freguesia, vila ou cidade” (PALMIER, p.17, 1940).

E na Ilha não foi diferente, no fim do século XVII, foi erguida a Capela de Nossa Senhora da Ajuda. E assim, em 1710 foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, com o início de uma ocupação que posteriormente se consolidou e deu origem ao bairro da Freguesia, criado em 1981 por meio de um decreto municipal (http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main_bairro.asp?area=098. Acesso em 03/02/11).

VII - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada mostrou que é possível entender as relações entre o homem e o espaço através dos nomes, ou seja, através dos geônimos. Assim é possível manter viva a memória de um espaço que se constitui num conjunto de bairros residenciais, mas que no passado foi palco de batalhas e ponto estratégico de proteção da Baía de Guanabara.

A pesquisa ainda terá continuidade, visto que há muitos topônimos a serem levantados e identificados. Há grandes entraves ao seu desenvolvimento, seja na obtenção de dados concretos ou no reconhecimento de sua importância junto às pesquisas geográficas. Isso dificulta resultados mais consistentes, não somente na escala proposta para este trabalho, mas também em uma possível extensão a outras escalas. Portanto, propõe-se a continuar e estender a pesquisa com acessos a novos documentos e novos mapas que permitam a visualização, e assim o cumprimento dos objetivos propostos.

VIII - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.
- DIONISIO, Pamela Marcia Ferreira; SOUZA, Leandro Gomes; MARTINS, Pedro Arias; ALBUQUERQUE, Verônica Rodrigues & VAZ, Sylvia da Costa. *Geonímia dos distritos, vilas e rede hidrográfica do Estado do Rio de Janeiro*. XXII Encontro de Geógrafos da América Latina. EGAL - Montevidéu - Uruguai, 2009.
- FURTADO, Sebastião da Silva. *A Toponímia e a Cartografia*. Ministério da Guerra -Diretoria do Serviço Geográfico. Rio de Janeiro: 1960.
- IPANEMA, Cybelle de. *História da Ilha do Governador*. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Marcello de Ipanema, 1991.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964.
- MENEZES, Paulo Márcio Leal de; LEPORE, Verônica Martins Goulart & FERREIRA, Tatiana de Sá Freire. *Cartografia Histórica como suporte a análise geográfica*. IV Colóquio Brasileiro de Ciências Geodésicas. CBCG - Curitiba - PR. 2005.
- PALMIER, Luiz. *São Gonçalo Cinquentenário*. História. Geografia. Estatística. Rio de Janeiro: Serviços Gráficos do IBGE, 1940.
- SOUZA, Alexandre Melo de. *Atlas toponímico da Amazônia ocidental brasileira: um projeto em andamento*. Entrelinhas, São Leopoldo - RS, Ano IV, número 2, julho/dezembro 2007.
- www2.rio.rj.gov.br/governo/regioesadministrativas.cfm. Acesso em 02/01/11.
- http://portalgeo.rio.rj.gov.br/armazenzinho/web/BairrosCariocas/main_bairro.asp?area=098. Acesso em 03/02/11.